



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 26/2016

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal  
de Vila Real de Santo António, realizada no dia  
25 de outubro de 2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2016, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, por ausência do Sr. Presidente, comigo, **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz**, **José Ernesto Gomes Barão** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Vice-presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO 22;
- ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO (PPZEPMG);
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EVANGELINA ANTÓNIA MARIA;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - MARIA JOSÉ FERREIRA ANTUNES;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - VITORINO CAMPINAS FILIPE;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - CRISTINA MARIA BARÃO MATIAS;

2  
X  
A

- REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUI CORREIA MARTINS;
- MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I, NO ÂMBITO DO CURSO VOCACIONAL DO 3º CICLO, ANO LETIVO 2016/2017;
- MINUTA DE CONTRATO DE SENSIBILIZAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I, NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AO ABRIGO DO PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (PIT), ANO LETIVO 2016/2017;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município, e dos Srs. Vereadores David Matias Murta e Luís Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.551.087,20€ (um milhão quinhentos e cinquenta e um mil, oitenta e sete euros e vinte cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Vice-presidente propôs a inclusão da seguinte Proposta:

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE – SÍTIO DO BURACO EM VILA NOVA DE CACELA - REQUERENTE: JOSÉ EDUARDO NASCIMENTO PISCO, NA QUALIDADE DE GESTOR DE NEGÓCIOS DE JOAQUIM LUÍS GUERREIRO CASTANHO E MARIA MANUELA DOS MÁRTIRES BAPTISTA CASTANHO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

O Sr. Vereador José Cruz pediu informação sobre o conhecimento que o Executivo tem da existência de legionella no Serviço de Urgência Básica e no Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento III. Questionou também sobre a veracidade da realização de obras na canalização e se o Executivo sabe o que levou a RTP a anunciar a existência de legionella numa notícia e a desmentir a mesma uns minutos depois.

Solicitou ainda o Sr. Vereador José Cruz uma relação das verbas entregues à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António desde que se aplica a taxa municipal de Proteção Civil.

Questionou também se o Executivo sabe se a Docapesca – Portos e Lotas, SA tem previsto mais algum investimento para além da reparação do cais de embarque e da intervenção na zona ribeirinha de Vila Real de Santo António e perguntou sobre os resultados das reuniões celebradas entre a Câmara Municipal e os responsáveis dos restaurantes existentes na praia de Monte Gordo, no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).



4  
A  
A

Por fim, o Sr. Vereador José Cruz solicitou à Sra. Vice-presidente para haver um maior cuidado nas fundamentações prestadas nas propostas submetidas a reunião de Câmara referentes aos apoios aos arrendamentos habitacionais. Referiu que a informação é mal trabalhada, a fundamentação não é adequada e as contas do rendimento anual também não parecem estar corretas. Mencionou que como no seu entendimento os Vereadores são responsáveis pelas deliberações que tomam e poderão ter que responder pelas aprovações incorretas, deixa o alerta para que a Divisão de Ação Social melhore os procedimentos das propostas submetidas a reunião de Câmara.

Pelos Srs. Vereadores da bancada do Partido Socialista, Célia Paz e José Barão, foram apresentados e lidos dois requerimentos, que ficarão apensos à ata, a solicitar:

O mapa completo do pessoal ao serviço da Câmara Municipal com indicação do respetivo regime de funções ou cargo ocupado, incluindo os trabalhadores em regime ocupacional, subsidiados e em regime de recibos verdes;

O mapa completo do pessoal ao serviço da VRSA-SGU com indicação do respetivo regime de funções ou cargo ocupado, incluindo os trabalhadores em regime ocupacional, subsidiados e em regime de recibos verdes;

Cópia dos contratos de prestação de serviços por ajuste direto efetuados pela Câmara Municipal em 2015 e 2016;

Cópia dos contratos de prestação de serviços por ajuste direto efetuados pela Sociedade de Gestão Urbana em 2015 e 2016.

A Sra. Vereadora Célia Paz questionou sobre a presença da Polícia Judiciária na Câmara Municipal e solicitou informação referente aos motivos dessa presença.

A Sra. Vice-presidente referiu que a Câmara Municipal foi informada que houve a presença de legionella na canalização dos espaços de saúde mencionados e que foram efetuados choques térmicos e químicos. A Administração Regional de Saúde comunicou à Câmara Municipal que a tubagem está em muito mau estado e as obras de reparação tiveram início. No entanto, não concluíram com a celeridade necessária pela inexistência de fundos disponíveis.

A Sra. Vice-presidente transmitiu que na próxima reunião de Câmara será disponibilizada a listagem de apoios entregues à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

Referiu ainda a Sra. Vice-presidente que a Câmara Municipal solicitou à Docapesca – Portos e Lotas, SA para proceder à reparação do cais de embarque e disse que há um plano com projetos previstos para investimentos privados.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que se a Docapesca não vai realizar investimentos e a Câmara Municipal também não, não compreende o porquê de tanta propaganda. Referiu que na opinião da CDU anuncia-se muito e vê-se pouco investimento concretizado.

A Sra. Vice-presidente respondeu à questão das reuniões com os proprietários dos restaurantes comunicando que a Agência Portuguesa do Ambiente contacta os proprietários dos restaurantes para lhes apresentar o plano previsto e disse que o Executivo participa nas reuniões que se celebram na Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz questionou se estão previstos alguns apoios por parte da Câmara Municipal, uma vez que os investimentos a executar são dispendiosos.

A Sra. Vice-presidente respondeu informando que a Câmara Municipal disponibiliza os projetos efetuados pela empresa de arquitetura Antonella & Pires para que os atuais proprietários dos espaços fiquem com uma ideia do valor do investimento, que se situa entre os oitenta mil e os trezentos e cinquenta mil euros.

No que se refere à questão da presença da Polícia Judiciária na Câmara Municipal, a Sra. Vice-presidente mencionou que não deu pela presença e não tem nenhuma indicação que essa Polícia tenha estado nas instalações municipais. Comunicou que chegam muitas cartas anónimas que o Executivo tem que responder mas a maior parte das situações são arquivadas.

A Sra. Vice-presidente transmitiu que vai alertar a Divisão de Ação Social para que melhore os fundamentos das propostas submetidas a reunião de Câmara sobre os apoios ao arrendamento habitacional.

7  
X  
A

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO 22.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias da ata aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções das Srs. Vereadoras Sílvia Madeira e Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n. º 22 da reunião extraordinária realizada em 31 de agosto de 2016;



8  
d  
P

## ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO (PPZEPMG).

O Sr. Vereador José Barão disse que se a proposta de alteração do Plano de Pormenor é de agosto do corrente ano e o POOC foi aprovado este mês, o Partido Socialista sugere que a proposta seja retirada e que sejam consultadas as entidades respetivas para se pronunciarem já nos termos do POOC.

O Sr. Vereador João Sol esclareceu que as entidades têm que responder em vinte dias, o mesmo prazo que decorre a discussão pública, pelo que na sua opinião a proposta não deve ser retirada.

A Sra. Vice-presidente mencionou que, face ao argumento apresentado pelo Sr. Vereador João Sol, mantém a proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Célia Paz, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser determinada a abertura do período de discussão pública da alteração ao Plano de Pormenor da Zona de Expansão Poente de Monte Gordo (PPZEPMG), em conformidade com o disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, fixando-se o prazo da referida discussão pública em vinte dias úteis, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA -  
EVANGELINA ANTÓNIA MARIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - MARIA  
JOSÉ FERREIRA ANTUNES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 20% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

10  
B  
A

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA -  
VITORINO CAMPINAS FILIPE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 50% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA -  
CRISTINA MARIA BARÃO MATIAS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio, durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 27% do valor da renda, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

23

REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO - RENOVAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUI CORREIA MARTINS. A

O Sr. Vereador José Cruz disse que se houver revogação da deliberação anterior, o Sr. Rui Correia Martins terá que devolver a totalidade da verba. Mencionou que a proposta deverá ser melhor instruída.

A Sra. Vice-presidente retirou a proposta.

MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I, NO ÂMBITO DO CURSO VOCACIONAL DO 3º CICLO, ANO LETIVO 2016/2017.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de Protocolo de Colaboração ente o Município de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I para a realização da formação prática da componente vocacional dos alunos a indicar pelo Agrupamento de Escolas D. José I, com a duração de 70 horas, para o ano letivo 2016/2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

12  
X  
A

MINUTA DE CONTRATO DE SENSIBILIZAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I, NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AO ABRIGO DO PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (PIT), ANO LETIVO 2016/2017.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Acordo de Sensibilização entre o Município de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I, no âmbito do desenvolvimento das atividades ao abrigo do Plano Individual de Transição (PIT) no ano letivo 2016/2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser atribuída a numeração policial na rua D. Pedro IV, na praça do Desembarque, na rua Brigue Vila-Flor e na rua 24 de Junho, na freguesia de Vila Nova de Cacela, documentos que constituem parte integrante da presente Ata.



13  
T  
A

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - SÍTIO DO BURACO EM VILA NOVA DE CACELA - REQUERENTE: JOSÉ EDUARDO NASCIMENTO PISCO, NA QUALIDADE DE GESTOR DE NEGÓCIOS DE JOAQUIM LUÍS GUERREIRO CASTANHO E MARIA MANUELA DOS MÁRTIRES BAPTISTA CASTANHO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que votava favoravelmente mas alertava a Câmara Municipal para acompanhar devidamente o processo, para que não venha a haver construção onde não é possível.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido ser autorizado o pedido da constituição de compropriedade em comum e partes iguais de um prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5941/20160922, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 14, Seção AQ, e matriz urbana sob o n.º 6930, localizado no sítio do Buraco, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área de total de 11.771,3 m<sup>2</sup>, na proporção de 1/2 a favor Michele Antoine Castanho e 1/2 a favor de Jean-Claude Castanho, com fundamento no teor da Informação Jurídica, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

A Sra. Vice-presidente da Câmara Municipal mencionou que, face aos anteriores pedidos dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária sobre as verbas atribuídas à Associação de Beneficência Mão Amiga, entendeu ser conveniente convidar a Sra. Lúdia Machado para prestar alguns esclarecimentos.

A Sra. Lúdia Machado, na qualidade de Presidente da Direção da referida Associação, explicou que houve uma redução dos apoios recebidos da Segurança Social e comunicou que a Associação tem que proporcionar cada vez mais refeições atendendo às dificuldades que as famílias estão a atravessar. Nos dias de hoje são cerca de trezentas e cinquenta refeições diárias que a Associação fornece. Disse também que a Instituição celebrou um protocolo com o anterior Governo para a inclusão de desempregados, sendo os cidadãos deficientes apoiados a 100% mas para os não deficientes a Mão Amiga não recebe a totalidade dos encargos nem o montante do subsídio de alimentação, pelo que complementa essas diferenças com os apoios recebidos da Câmara Municipal. Mencionou que pode disponibilizar o Relatório referente ao ano 2015, uma vez que o de 2016 só será aprovado pela Assembleia Geral em março de 2017, referindo ainda não compreender o porquê de os Srs. Vereadores não lhe terem pedido diretamente a informação que necessitavam.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU só solicitou o Relatório para defesa da Instituição e também dos Vereadores que aprovam as propostas. Referiu que a CDU não se imiscui no trabalho da Associação, que considera muito meritório. Contudo, informou que a CDU pretende tomar as decisões com consciência e nos termos da Lei, pelo que o pedido que apresentou ao Executivo foi com o intuito de controlar a forma como se aplicam os apoios dados pelo Município.

15

X

A

A Sra. Lídia aproveitou para comunicar que, gratuitamente, o Sr. Vereador José Cruz tem ajudado muito a Mão Amiga.

A Sra. Vereadora Célia Paz afirmou que o Partido Socialista (PS) solicitou o Relatório no local adequado, ou seja, em reunião de Câmara, para que os Vereadores tenham conhecimento das atividades realizadas e uma explicação da forma como são utilizados os subsídios atribuídos pelo Município. Disse também que apenas pediram que a proposta fosse retirada por entenderem que a mesma carecia de falta de informação, visto não se fazer acompanhar do pedido de apoio por parte da Mão Amiga, referindo ainda que acredita que a Associação não terá efetuado um pedido verbal da necessidade dos cento e cinquenta e três mil euros mas sim terá submetido um pedido por escrito onde constasse tal necessidade.

O Sr. Vereador José Barão reforçou o mencionado pela Sra. Vereadora Célia Paz, isto é, disse que no Órgão próprio o PS levantou questões sobre a forma como são empregues as verbas disponibilizadas pelo Município à Associação Mão Amiga.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e cinquenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

Com Assinatura

Francisco José Leiria Sabino